



**RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
NOVEMBRO / 2021**



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

Apresentação

O Controle Interno da Câmara Municipal de Restinga, embasado no regulamento nº 1895 de 20 de Janeiro de 2015 em atendimento aos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, artigo 54, parágrafo único, e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigos 75 a 80 da Lei nº 4.320/1964 e Comunicado SDG 035/2015 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, apresenta o **Relatório de Controle Interno do mês de novembro do exercício de 2021**.

As análises apresentam a situação orçamentária, financeira e patrimonial, e as informações foram extraídas dos arquivos xml remetidos pela municipalidade para o Sistema AudeSp.

O relatório está de acordo com normas aplicáveis ao Controle Interno e foi elaborado em concordância com os artigos 66, 67 e 68 das Instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

O responsável pelo Controle Interno na conclusão de seus trabalhos, apresenta as análises realizadas, abordando os seguintes itens:

- 01. Avaliação da Gestão Orçamentária**
- 02. Avaliação das Alterações Orçamentárias**
- 03. Avaliação da Execução Financeira**
- 04. Avaliação dos Restos a Pagar**
- 05. Avaliação das Conciliações Bancárias**
- 06. Limite Total da Despesa Legislativa (Art. 29-a cf)**
- 07. Limite p/ Gasto com Folha de Pagamento (§1º, Art. 29-a cf)**
- 08. Limite Subsídio Vereador x Deputado Estadual (Art.29, vi, cf)**
- 09. Limite Subsídio Vereadores - 5% da Rec. Munic. (Art. 29, vii, cf)**
- 010. Avaliação do Repasse de Duodécimo**
- 011. Avaliação do Recolhimento com Encargos Sociais**
- 012. Avaliação dos Investimentos**
- 013. Avaliação das Licitações e Contratações Diretas**
- 014. Avaliação de Estoques em Almojarifado**
- 015. Despesas com Adiantamento**
- 016. Processos Legislativos**
- 017. Avaliação das Ações de Governo Previstas no Orçamento**
- 018. Portal de Transparência**
- 019. Conclusão**



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

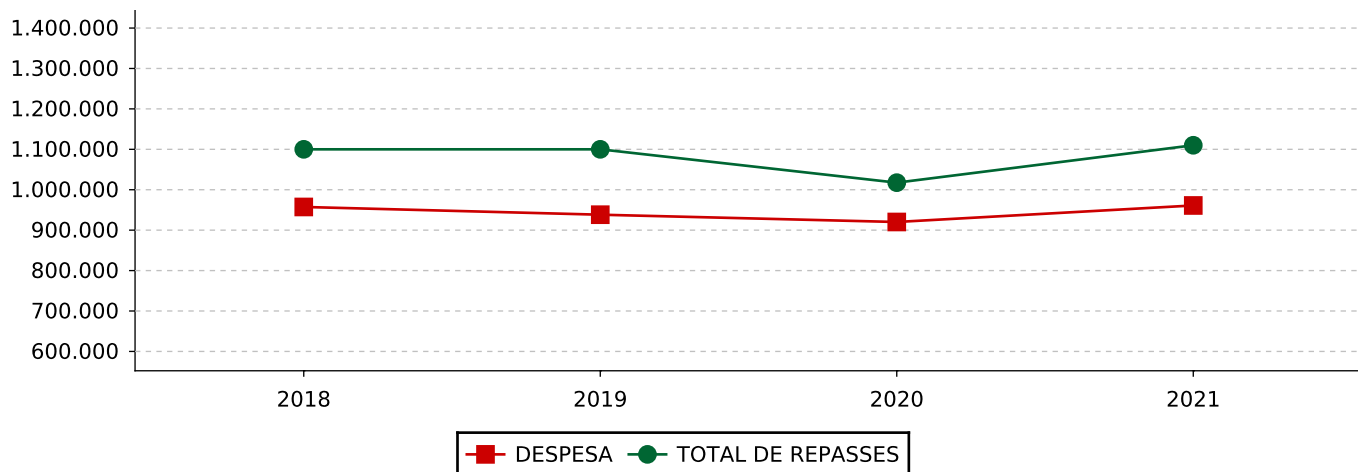
01. Avaliação da Gestão Orçamentária

A execução orçamentária apresentada no quadro a seguir, demonstra os repasses financeiros a serem recebidos ao longo do exercício e seu resultado em relação a despesa empenhada, liquidada e paga.

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
	PREVISÃO ATUALIZADA	PREVISTO ATÉ O MÊS	REALIZADO NO MÊS	REALIZADO ATÉ O MÊS	% AH		
REPASSE FINANCEIRO RECEBIDO	1.110.000,00	1.017.500,00	92.500,00	1.017.500,00	91,67		
TOTAL DE REPASSES	1.110.000,00	1.017.500,00	92.500,00	1.017.500,00	91,67		
	PREVISTO ATÉ O MÊS	EMPENHADO	% AH	LIQUIDADO	% AH	PAGO	% AH
DESPESA CORRENTE	1.093.000,00	907.180,32	89,15	878.120,89	86,30	847.008,08	83,24
DESPESA DE CAPITAL	17.000,00	2.870,00	0,28	2.870,00	0,28	2.870,00	0,28
TOTAL DA DESPESA	1.110.000,00	910.050,32	89,43	880.990,89	86,58	849.878,08	83,52
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)		107.449,68	10,56	136.509,11	13,41	167.621,92	16,47

De acordo com o comportamento das receitas arrecadadas e despesas empenhadas, foi constatado o resultado orçamentário superavitário na despesa empenhada, liquidada e paga.

No gráfico a seguir demonstramos o comparativo entre a receita realizada e despesa liquidada dos últimos três exercícios, e a projeção para o exercício atual de acordo com a metodologia descrita abaixo o quadro.



Nota Explicativa: O método de cálculo para projeção de receitas e despesas considera o valor arrecadado e liquidado até o período, dividido pelo número de meses até o mês atual e multiplicado pelos meses restantes do exercício.

No quadro abaixo demonstramos o Resultado Orçamentário calculado pela Despesa Empenhada e Fonte de Recurso.

ANÁLISE POR FONTES DE RECURSOS				
	ARRECADADA	EMPENHADA	RESULTADO	%
RECURSOS PRÓPRIOS	0,00	910.050,32	-910.050,32	0,00
TOTAL DA RECEITA	0,00	910.050,32	-910.050,32	0,00

De acordo com a tabela acima, constata-se um resultado orçamentário deficitário na fonte de recurso próprio na ordem de **R\$ -910.050,32**, que corresponde a **0,00%** do saldo orçamentário disponível.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

02. Avaliação das Alterações Orçamentárias

O quadro a seguir apresenta as alterações orçamentárias mediante abertura de créditos adicionais previstos pela Lei Federal n. 4.320/64 e transposição, remanejamento e transferência autorizados na Lei de Diretrizes Orçamentária e Constituição Federal.

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS								
LEGISLAÇÃO			SUPLEMENTAÇÃO			ESPECIAL/EXTRAORDINÁRIO		
NÚMERO	LEI	DATA	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT/OPER. CRÉDITO	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT/OPER. CRÉDITO
DEC 0000/2021	ESP	14/9/21	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEC 0001/2021	LOA	14/9/21	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			145.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL			13,06%			0,00%		

Conforme apresentado no quadro acima, as alterações orçamentárias mediante abertura de créditos suplementares foram na ordem **13,06%** e os créditos especiais e extraordinários representaram **0,00%** da despesa inicial fixada (**R\$ 1.110.000,00**).

No quadro abaixo demonstramos as alterações orçamentárias abertos com base na autorização prevista na Lei Orçamentária Anual e Lei de Diretrizes Orçamentária.

CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS POR DECRETO		
Tipo de Crédito	LOA	LDO
Suplementação	65.000,00	0,00
Especial/Extraordinário	0,00	0,00
TOTAL	65.000,00	0,00
% DA DESPESA FIXADA INICIAL (1.110.000,00)	5,86%	0,00%

Como podemos observar, no quadro acima, os créditos adicionais abertos com base na autorização prevista na Lei Orçamentária Anual foram na ordem de **5,86%** da despesa inicialmente fixada, ficando abaixo do limite autorizado na Lei Orçamentária Anual (percentual autorizado de **9,68%**).

Nota Conclusiva do Controlador:

HOUVE ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES NA IMPORTANCIA DE R\$145.000,00, O QUE EQUIVALE A 13,06%, CONFORME LEI E DECRETO ANEXO. DECRETO Nº00382/2021.

LEI 2130 DE 23 DE SETEMBRO DE 2021.

DECRETO Nº00382/2021. LEI 2130 DE 23 DE SETEMBRO DE 2021.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

Imagem(s) anexa(s) ao item.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 45.318.581/0001-42

LEI MUNICIPAL Nº 2130 DE 23 DE SETEMBRO DE 2021.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

KARLA MONTAGNINI FERRACIOLI, Prefeita Municipal de Restinga, Estado de São Paulo, fazendo uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Restinga **APROVOU** e ela **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a determinar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta Mil Reais) conforme segue:

01.01.01. – CÂMARA MUNICIPAL

Funcional Programática 010310001.2001

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 003R\$ 5.000,00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Ficha 004R\$ 75.000,00

Art. 2º - Como fonte de recursos para a abertura do Crédito Adicional Suplementar, será procedida a anulação total ou parcial das dotações orçamentárias, conforme discriminado a seguir:

02.01.01. – CÂMARA MUNICIPAL

Funcional Programática 01031000.1002

4.4.90.51 – Obras e Instalações

Ficha 005R\$ 53.000,00

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

Ficha 006R\$ 20.000,00

3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física

Ficha 007R\$ 7.000,00

Rua Geraldo Veríssimo, 633 – Centro – CEP.14.430-000 Tel. (016) 3143-1172
E-mail: dep.juridico@restinga.sp.gov.br



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

03. Avaliação da Execução Financeira

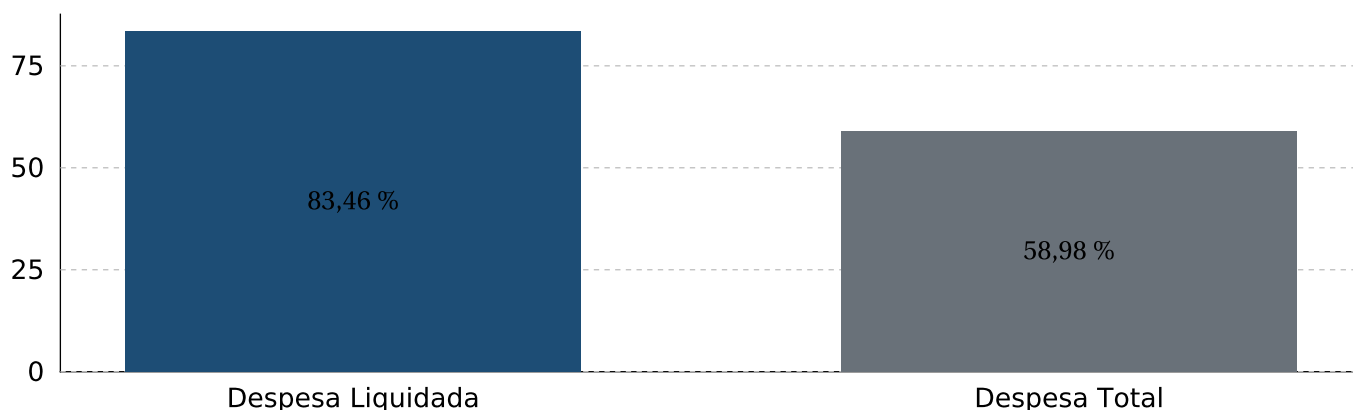
A execução financeira Entidade apresentada no quadro a seguir, especifica o resultado dos saldos de bancos com as despesas liquidadas e não liquidadas a pagar.

RESULTADO FINANCEIRO	VALORES	%
ATIVO FINANCEIRO ¹	188.218,98	
(-) DESPESAS À PAGAR - LIQUIDADAS ²	31.112,81	83,46
(=) SUPERÁVIT PELA DESPESA LIQUIDADADA	157.106,17	
PASSIVO FINANCEIRO ³	77.202,97	
(=) SUPERÁVIT PELA DESPESA TOTAL	111.016,01	58,98

Nota Explicativa: ¹Ativo Financeiro: Disponibilidades e Haveres Financeiros, ²Despesas à Pagar - Liquidadas: Despesas a pagar processadas de curto prazo, ³Passivo Financeiro: Todas as despesas a pagar processadas e não processadas.

Abaixo o gráfico com o resultado financeiro da despesa liquidada a pagar e despesa total a pagar.

Resultado Financeiro



Conclui-se do quadro acima um Resultado Financeiro superavitário, demonstrando que a Câmara possui disponibilidade financeira frente as despesas a pagar liquidadas, constatando neste caso que a disponibilidade financeira é superior as despesas efetivamente realizadas e pendentes de pagamento.

Em outra análise, quando comparada a disponibilidade financeira frente as despesas a pagar LIQUIDADAS e as ainda NÃO LIQUIDADAS, constata-se um Resultado Financeiro superavitário.

DESCRIÇÃO	BANCOS/CAIXA	RESTOS PAGAR EXERC. ANTER.		À PAGAR NO EXERCÍCIO	RESULTADO	%
		PROCESSADO	NÃO PROC. LIQ.			
1 - RECURSOS PRÓPRIOS	188.218,98	0,00	0,00	31.112,81	157.106,17	83,46
TOTAL	188.218,98	0,00	0,00	31.112,81	157.106,17	83,46

De acordo com a tabela acima, constata-se um resultado orçamentário superavitário na fonte de Recurso Próprio na ordem de **R\$ 157.106,17**, que corresponde a **83,46%** do saldo bancário disponível.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

04. Avaliação dos Restos a Pagar

No quadro a seguir apresentamos o saldo dos restos a pagar processados e não processados detalhado por fonte de recurso.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

05. Avaliação das Conciliações Bancárias

O quadro a seguir demonstra as conciliações bancárias comparando o saldo da contabilidade com o saldo do extrato bancário.

CONTA BANCÁRIA	BANCO	SALDO CONTABILIDADE	DIFERENÇA
BANCO DO BRASIL S.A. / 53 / 95694-5	180.256,43	180.256,43	0,00
BANCO DA AMAZONIA S.A. / 4321 / 002015061-0	7.875,91	7.875,91	0,00
SANTANDER / 464-0 / 450001024	5,86	85,72	-79,86
HISTÓRICO	DATA	VALOR	
Refere-se a conta sabesp 10/2021 a empenhar	01/11/2021	112,62	
Refere-se a conta telefone não deb mês	01/11/2021	-88,75	
Refere-se a tarifa bancária deb em 10/2021 a lançar pela câmara	01/11/2021	62,86	
Vr empenhado a maior conta telefone mês 11/2021	01/11/2021	6,13	
Refere-se a tarifa empenhada a maior mês 11/2021	22/11/2021	-13,00	
TOTAL			79,86

De acordo com o quadro acima, verifica-se que existe diferença da contabilidade para o extrato bancário, demonstrando que existe conta bancária com lançamentos pendentes pelo banco ou contabilidade.

Nota Conclusiva do Controlador:

AO FAZER A ANALISE VERIFIQUEI QUE EXISTE DIFERENÇA DA CONTABILIDADE PARA O EXTRATO BANCÁRIO DO BANCO SANTANDER QUE REFERE-SE A DÉBITOS AUTOMÁTICOS DE TELEFONE E TAXAS BANCÁRIAS . SUGIRO SEJA FECHADA CONTA DO BANCO SANTANDER.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

06. Limite Total da Despesa Legislativa (Art. 29-a cf)

O quadro a seguir apresenta o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos.

LIMITE DA DESPESA LEGISLATIVA	VALOR
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	6.587
REC. TRIBUTÁRIA AMPLIADA DO EXERC. ANTER. (A)	19.617.715,15
PERCENTUAL MÁXIMO PERMITIDO PARA REPASSE	7,00
VALOR MÁXIMO PERMITIDO PARA REPASSE	1.373.240,06
VALOR DOS REPASSES PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO	1.110.000,00
TOTAL DE DESPESAS REALIZADAS ATÉ O PERÍODO (B)	1.017.500,00
PERCENTUAL REALIZADO (C = B/A*100)	5,18

Fonte: População: Censo IBGE 2010; Receita Trib. Ampliada: Manual de Gestão Financeira de Prefeituras e Câmaras Municipais de 2016 (pág. 45)

Verifica-se que a despesa realizada pelo Poder Legislativo, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não ultrapassou o percentual relativo ao somatório da Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior, portanto, atende ao limite do artigo 29-A da Constituição Federal de 1988.

Abaixo apresentamos a Base de Cálculo do Repasse à Câmara de Vereadores - Receita Tributária Ampliada do Município arrecadada no exercício anterior.

RECEITA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	
IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	236.181,00
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	129.010,74
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS	30,26
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	208.283,31
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - DÍVIDA ATIVA	5.766,43
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - MULTAS E JUROS	3,99
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	1.024.849,50
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	160.319,36
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	56.468,66
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA	14,99
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	95.903,97
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO - PRINCIPAL	250.102,14
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	8.337.789,32
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL	13.288,97
COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	8.357.655,48
COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	59.233,12
COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	682.813,91
TOTAL	19.617.715,15



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

Nota Conclusiva do Controlador:

Despesas legislativa até o mês ficou em 5,18%, portanto, atende ao limite do artigo 29-A da Constituição Federal de 1988.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

07. Limite p/ Gasto com Folha de Pagamento (§1º, Art. 29-a cf)

O quadro a seguir apresenta o limite constitucional para gastos com folha de pagamento, comparado com o repasse financeiro da Prefeitura Municipal.

LIMITE DA FOLHA DE PAGAMENTO	VALOR (R\$)
TRANSFERÊNCIA TOTAL DA PREFEITURA	1.017.500,00
INATIVOS PAGOS COM ORÇAMENTO LEGISLATIVO	0,00
TRANSFERÊNCIA LÍQUIDA	1.017.500,00
DESPESA TOTAL COM FOLHA DE PAGAMENTO	648.060,16
INATIVOS PAGOS COM ORÇAMENTO LEGISLATIVO	0,00
ENCARGOS SOCIAIS	128.007,19
DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO	520.052,97
PERCENTUAL (DESPESA FOLHA PAGTO/TRANSF. REALIZADAS)	51,11
PERCENTUAL MÁXIMO PERMITIDO	70,00

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Manual: O Tribunal e a Gestão Financeira das Câmaras de Vereadores, 2012, fls. 15.

Constata-se que as despesas com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, não superou **70%** das Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura Municipal, não excedendo, portanto, o limite previsto § 1º, art. 29-A da Constituição Federal de 1988.

Referente ao limite de 70% da folha de pagamento, a legislação excluí do cômputo da apuração os gastos com encargos patronais, inativos e contratos de terceirização que substituem servidores.

Nota Conclusiva do Controlador:

Constata-se que as despesas com a folha de pagamento do Poder Legislativo, ficou em 51.11% das transferências financeiras recebidas da Prefeitura Municipal, dentro dos limites legais.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

08. Limite Subsídio Vereador x Deputado Estadual (Art.29, vi, cf)

O quadro a seguir apresenta a observância da limitação dos subsídios de vereadores com base no subsídio dos deputados estaduais.

LIMITE SUBSÍDIO VEREADOR	VALOR (R\$)
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	6.587
SUBSÍDIO DEPUTADO ESTADUAL	25.322,25
PERCENTUAL MÁXIMO PERMITIDO	20,00
VALOR LIMITE	5.064,45
COMPARAÇÃO INDIVIDUAL	
SUBSÍDIO DO VEREADOR	3.422,00
SUBSÍDIO DO PRESIDENTE	3.960,00
DIFERENÇA A MENOR	1.582,67
COMPARAÇÃO GERAL	
NÚMERO DE VEREADORES	9
NÚMERO DE MESES	11
SUBSÍDIOS DOS VEREADORES	344.696,00
VALOR MÁXIMO PARA VEREADORES	501.380,55
DIFERENÇA A MENOR	156.684,55

Fonte: Censo IBGE 2010

Constata-se que o subsídio dos Vereadores e do Presidente da Câmara, fixados em **R\$ 344.696,00**, não superou o subsídio dos Deputados Estaduais, não excedendo, portanto, o limite previsto no art. 29, Inciso VI da Constituição Federal de 1988.

Nota Conclusiva do Controlador:

Subsídio dentro do limite previsto no art. 29, Inciso VI da Constituição Federal de 1988. O subsídio dos vereadores foi de 68,74%. com uma diferença a menor de 31,25%.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

09. Limite Subsídio Vereadores - 5% da Rec. Munic. (Art. 29, vii, cf)

O quadro a seguir demonstra se foi observado o limite constitucional de gastos com remuneração a vereadores do Poder Legislativo Municipal.

DESPESA COM REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES	VALOR
REC. TRIBUTÁRIA AMPLIADA DO EXERC. ANTER.	19.617.715,15
PERCENTUAL MÁXIMO PERMITIDO - 5%	980.885,76
TOTAL DE DESPESAS REALIZADAS ATÉ O PERÍODO	309.422,93
PERCENTUAL GASTO	1,57

Fonte: População: Censo IBGE 2010; Receita Trib. Ampliada: Manual de Gestão Financeira de Prefeituras e Câmaras Municipais de 2016 (pág. 45)

Verifica-se que a remuneração total dos Vereadores, excluídos os gastos com inativos, não ultrapassou o montante de 5% da Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior, não excedendo, portanto, o limite previsto no art. 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

Abaixo apresentamos a Base de Cálculo do Repasse à Câmara de Vereadores - Receita Tributária Ampliada do Município arrecadada no exercício anterior.

RECEITA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	
IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	236.181,00
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	129.010,74
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS	30,26
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	208.283,31
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - DÍVIDA ATIVA	5.766,43
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - MULTAS E JUROS	3,99
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	1.024.849,50
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	160.319,36
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	56.468,66
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA	14,99
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	95.903,97
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO - PRINCIPAL	250.102,14
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	8.337.789,32
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL	13.288,97
COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	8.357.655,48
COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	59.233,12
COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	682.813,91
TOTAL	19.617.715,15

Nota Conclusiva do Controlador:

Dentro do limite previsto no art. 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988, ficando em 1,57% até o mês atual.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

010. Avaliação do Repasse de Duodécimo

O demonstrativo a seguir apresenta o valor fixado na Lei Orçamentária Anual para o Legislativo comparado com a transferência financeira realizada pelo Poder Executivo.

MÊS	FIXADO	REPASSADO	%	DEVOLVIDO
Janeiro	92.500,00	92.500,00	100,00	0,00
Fevereiro	92.500,00	92.500,00	100,00	0,00
Março	92.500,00	92.500,00	100,00	0,00
Abril	92.500,00	92.500,00	100,00	0,00
Maio	92.500,00	92.500,00	100,00	0,00
Junho	92.500,00	92.500,00	100,00	0,00
Julho	92.500,00	92.500,00	100,00	0,00
Agosto	92.500,00	92.500,00	100,00	0,00
Setembro	92.500,00	92.500,00	100,00	0,00
Outubro	92.500,00	92.500,00	100,00	0,00
Novembro	92.500,00	92.500,00	100,00	0,00
Dezembro	92.500,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.110.000,00	1.017.500,00	91,66	0,00

Em outra análise, no quadro a seguir apresentamos a evolução dos repasses ao legislativo e a devolução do legislativo para o executivo nos últimos três exercícios.

ANO	REPASSADO	%	DEVOLVIDO	%
2018	1.100.000,00	0,00	142.624,58	0,00
2019	1.100.000,00	0,00	162.410,07	13,87
2020	1.017.500,00	-7,50	189.984,64	16,97

Conforme apresentado no quadro acima constata-se que o valor repassado ao Poder Legislativo atende ao valor fixado para o período, demonstrando o cumprimento ao art. 29-A, paragrafo 2º, inciso III da Constituição Federal de 1988.

Nota Conclusiva do Controlador:

O valor repassado está de acordo com valor orçado para o período, demonstrando o cumprimento ao art. 29-A, paragrafo 2º, inciso III da Constituição Federal de 1988.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

011. Avaliação do Recolhimento com Encargos Sociais

A seguir apresentamos a despesa empenhada, liquidada e paga no mês com recolhimentos de encargos sociais.

DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS NO MÊS				
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
31901301	FGTS	1.550,42	1.401,62	1.083,21
31901302	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	10.839,07	10.839,07	12.594,75
TOTAL		12.389,49	12.240,69	13.677,96

Em outra análise, conforme quadro abaixo, apresentamos a despesa empenhada, liquidada e paga acumuladas até o mês e o saldo pagar de encargos sociais.

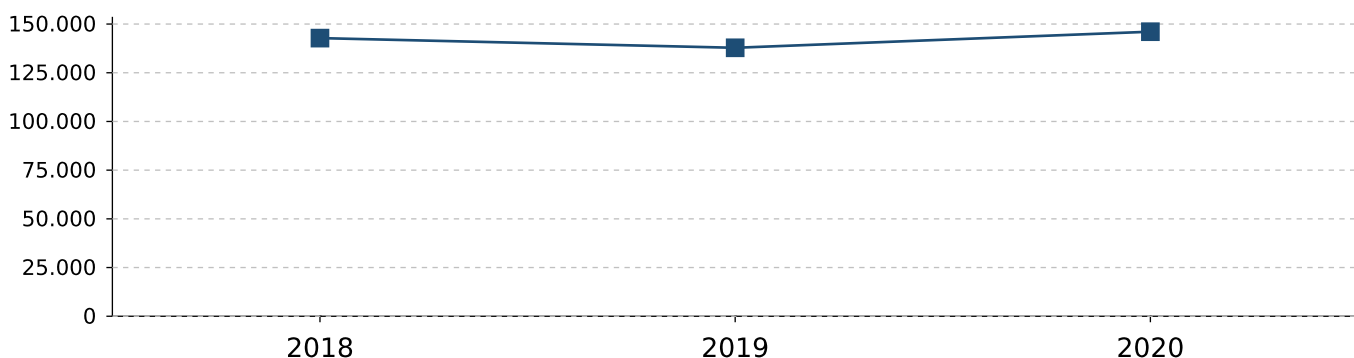
DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS ATÉ O MÊS						
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO PAGAR
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901301	FGTS	0,00	12.531,32	12.382,52	10.832,10	1.699,22
31901302	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	115.624,67	115.624,67	106.395,98	9.228,69
TOTAL		160.000,00	128.155,99	128.007,19	117.228,08	10.927,91
SALDOS DE ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR ATÉ O MÊS					10.927,91	89,28%

Conforme demonstrado acima, o valor empenhado, liquidado e pago com encargos sociais representou até o período, respectivamente, **80,09%**, **80,00%** e **73,26%** da despesa autorizada para o exercício.

Com relação ao saldo de empenho a pagar até o período, apuramos que o montante de **R\$ 10.927,91** representa **89,28%** da despesa liquidada no mês.

A seguir, demonstramos o gráfico com os valores pagos com encargos sociais nos últimos três exercícios.

EXERCÍCIO	VALOR
2018	142.792,51
2019	137.812,75
2020	146.072,02





Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

Nota Conclusiva do Controlador:

O valor liquidado desde o início do exercício foi na ordem **R\$ 128.007,19** e o pago foi de **R\$117.228,08.**

A diferença se dá por não ter pago o INSS E FGTS dentro do mês.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

012. Avaliação dos Investimentos

O quadro a seguir demonstra o valor autorizado na Lei Orçamentária para investimento em obras, equipamentos e aquisição de imóveis, comparado com a despesa liquidada.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS							
RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS	AUTORIZADO	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%	PAGO	%
OBRAS E INSTALAÇÕES	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL	10.000,00	2.870,00	28,70	2.870,00	28,70	2.870,00	28,70
TOTAL DE INVESTIMENTOS	17.000,00	2.870,00	16,88	2.870,00	16,88	2.870,00	16,88
REPASSE FINANCEIRO RECEBIDO						1.017.500,00	
PERCENTUAL DE INVESTIMENTO SOBRE REPASSE						0,28 %	

Conforme apresentado na tabela acima, constatamos que até o período analisado, a despesas liquidada com investimento representou **16,88%** da despesa prevista para o exercício. Em outra análise, certificamos ainda que a Prefeitura aplicou em investimento o equivalente a **0,28%** da Receita Corrente Líquida do Município.

Apresentamos a seguir as movimentações contábeis dos Bens Móveis e Imóveis, registrados no sistema de contabilidade e transmitido para o Sistema AUDESP.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO ATUAL	AH
123100000	BENS MÓVEIS	140.661,58	3.750,00	-2.722,05	141.689,53	0,72
123110100	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	52.330,84	0,00	0,00	52.330,84	0,00
123110200	BENS DE INFORMÁTICA	28.963,68	0,00	0,00	28.963,68	0,00
123110300	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	58.467,06	2.700,00	-2.722,05	58.445,01	-0,03
123110400	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	900,00	1.050,00	0,00	1.950,00	53,84
123200000	BENS IMÓVEIS	88.300,62	0,00	0,00	88.300,62	0,00
123210100	BENS DE USO ESPECIAL	20.650,22	0,00	0,00	20.650,22	0,00
123210700	INSTALAÇÕES (P)	1.830,00	0,00	0,00	1.830,00	0,00
123219900	DEMAIS BENS IMÓVEIS	65.820,40	0,00	0,00	65.820,40	0,00
123800000	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-84.958,11	0,00	-7.281,16	-92.239,27	7,89
123810100	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	-84.958,11	0,00	-7.281,16	-92.239,27	7,89
123000000	TOTAL	144.004,09	3.750,00	-10.003,21	137.750,88	-4,53

Verificamos até o período uma **diminuição** do Ativo Imobilizado em **-4,53%** em relação ao saldo apresentado encerramento do exercício anterior.

A seguir, demonstramos o gráfico com os valores liquidados de investimentos nos últimos três exercícios, e a projeção do valor do exercício atual seguindo o método descrito sob o quadro.

EXERCÍCIO	VALOR
2019	17.170,00
2020	17.098,50
2021	3.130,91

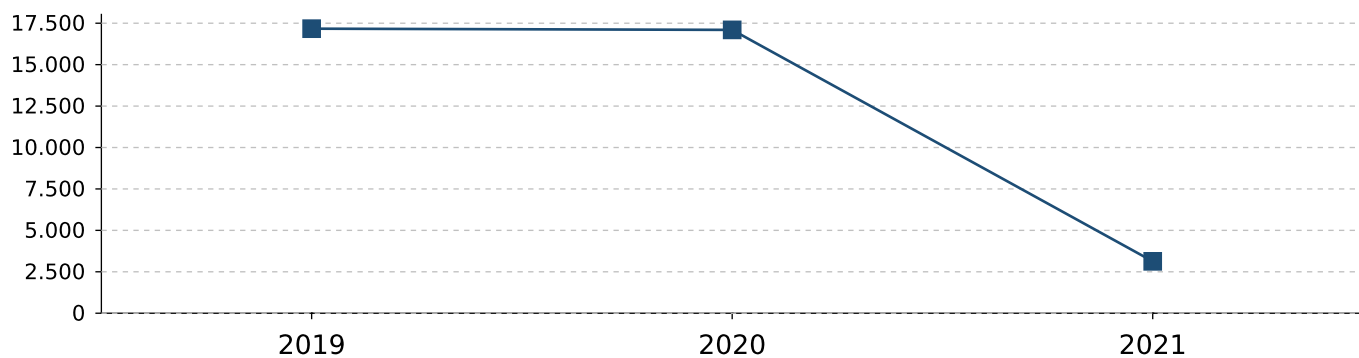


Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

Nota Explicativa: O método de cálculo utilizado para projetar a despesa liquidada leva em consideração a divisão da despesa liquidada até o mês pelo número de meses atual, multiplicada pelos meses do exercício.





Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

013. Avaliação das Licitações e Contratações Diretas

O quadro a seguir apresenta a despesa empenhada da Câmara Municipal com contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação comparada com a despesa total empenhada.

DESPESA POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO	EMPENHADO	%
DESPESA EMPENHADA COMO CONCURSO	0,00	0,00
DESPESA EMPENHADA COMO CONVITE	38.500,00	4,23
DESPESA EMPENHADA COMO TOMADA DE PREÇOS	0,00	0,00
DESPESA EMPENHADA COMO CONCORRÊNCIA	0,00	0,00
DESPESA EMPENHADA COMO PREGÃO	33.640,34	3,69
DESPESA EMPENHADA COMO BEC-BOLSA ELETRÔNICA	0,00	0,00
DESPESA EMPENHADA COMO REGIME CONTRATAÇÃO DIRETA	0,00	0,00
DESPESA EMPENHADA COMO DISPENSA DE LICITAÇÃO (II) - Art.24	159.304,87	17,50
DESPESA EMPENHADA COMO INEXIGIBILIDADE (III) - Art.25	17.600,00	1,93
DESPESA EMPENHADA COMO OUTROS/NÃO APLICÁVEL	661.005,11	72,63
TOTAL DE DESPESA EMPENHADA (I)	910.050,32	
TOTAL DA DESPESA EMPENHADA SEM LICITAÇÃO (IV) = (II+III)	176.904,87	
PERCENTUAL DESPESA SEM LICITAÇÃO = ((IV / I) * 100)		19,43 %

Conforme demonstrado no quadro acima, constata-se que até o período analisado, a Despesa Empenhada nas modalidades de licitação previstas nos artigos 24 e 25, da Lei Federal 8.666/93 representou 19,43% da despesa total contratada.

Nota Conclusiva do Controlador:

Ao fazer análise somente da modalidade de licitação "Outros/Não Aplicável", constata-se que 72,63% das despesas contratadas não atingiram os 250 ufesp, e por isso não passaram pelo processo de contratação previsto na Lei Federal 8.666/93. Não ficando isentos da apresentação dos orçamentos para a compra dos serviços e/ou objeto.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

014. Avaliação de Estoques em Almoarifado

O quadro a seguir demonstra o valor autorizado na Lei Orçamentária para materiais de consumo, comparado com a despesa empenhada, liquidada e paga.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE BENS DE CONSUMO							
DESCRIÇÃO	AUTORIZADO	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%	PAGO	%
MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00	23.829,69	95,31	19.952,40	79,80	19.747,38	78,98
TOTAL	25.000,00	23.829,69	95,31	19.952,40	79,80	19.747,38	78,98
REPASSE FINANCEIRO RECEBIDO						1.017.500,00	
PERCENTUAL DAS DESPESAS LIQUIDADAS SOBRE REPASSE						1,96	

De acordo com o demonstrado acima, o valor empenhado, liquidado e pago com materiais de consumo representou até o período, respectivamente, **95,31%**, **79,80%** e **78,98%** da despesa autorizada para o exercício.

Apresentamos a seguir as movimentações contábeis de entrada e saída de almoarifado registrados no sistema de contabilidade e transmitido para o Sistema AUDESP.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO ATUAL
MATERIAL DE CONSUMO (P)	0,00	10.239,10	-1.402,27	8.836,83
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (P)	0,00	7.389,34	0,00	7.389,34
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (P)	0,00	1.806,59	0,00	1.806,59
MATERIAL DE EXPEDIENTE (P)	0,00	1.919,64	0,00	1.919,64
MATERIAIS A CLASSIFICAR (P)	0,00	4.630,00	-4.630,00	0,00
TOTAL	0,00	25.984,67	-6.032,27	19.952,40

Conforme exposto acima, constatamos que os registros de entradas totalizaram **R\$ 25.984,67**, as saídas representaram **R\$ 6.032,27** e o saldo em estoque para o mês seguinte é **R\$ 19.952,40**.

Nota Conclusiva do Controlador:

A câmara não conta com almoarifado.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

015. Despesas com Adiantamento

O quadro a seguir apresenta o valor concedido, utilizado, devolvido e pendente de prestação de contas das despesas sob regime de adiantamento.

DESPESAS COM ADIANTAMENTO (NO EXERCÍCIO)	CONCEDIDO	PENDENTE	UTILIZADO	DEVOLVIDO
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS NO PERÍODO	2.700,00	0,00	1.193,88	1.506,12

Nota Conclusiva do Controlador:

NÃO HA ADIANTAMENTO SEM PRESTAÇÃO DE CONTAS ATÉ O PERÍODO.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

016. Processos Legislativos

O quadro a seguir demonstra as sessões legislativas realizadas e as proposições que entraram na pauta no decorrer do mês.

REGISTRO DAS SESSÕES REALIZADAS		
TIPO	DATA	ASSUNTO
Ordinária	03/11/2021	RECOMPOSIÇÃO DA MESA E DENUNCIA EM DESFAVOR DO SR. JULIMAR DA SILVA RODRIGUES.
Ordinária	16/11/2021	DECISÃO LIMINAR JUDICIAL DO MANDADO DE SEGURANÇA CIVEL REQUERIMENTO APRESENTADO DA CHAPA PARA RECOMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA MESA PROJETO LEI DO EXECUTIVO 17/2021
Extraordinária	23/11/2021	CANCELADA
Extraordinária	26/11/2021	PL DO EXECUTIVO Nº 17 E 20/2021

Conforme demonstrado no quadro acima, verificamos que, no período analisado, foram realizadas **2 (duas)** Sessões Legislativas Ordinárias, **2 (duas)** Sessões Legislativas Extraordinárias

Nota Conclusiva do Controlador:

SESSÃO 16º: O PROCESSO DE DESTITUIÇÃO DO VEREADOR JULIMAR DA SILVA RODRIGUES FOI ANULADO CONFORME PROCESSO DIGITAL Nº1029568-09.2021.8.26.0196, MANDADO DE SEGURANÇA Nº.196.2021/045025-4. SESSÃO 17º: FORMAÇÃO DA MESA APROVADA; VICE-PRESIDENTE RODOLFO SOARES, 1ºSECRETARIO DENIS HENRIQUE PEREIRA PIMENTA, 2º SECRETARIO ALEXANDRE CESAR FERREIRA DE MENEZES. PROJETO Nº17 APROVAD E A DENUNCIA RECEBIDA, PEDIDO DE AFASTAMENTO DO PRESIDENTE APROVADO, PRESIDENCIA ASSUMIDA PELO VICE-PRESIDENTE RODOLFO SOARES E COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FORMADA. SESSÃO 18º: APROVADO PROJETO DE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E O ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO DE 2022.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

017. Avaliação das Ações de Governo Previstas no Orçamento

A Entidade não possui previsão orçamentária para Projetos ou Atividades até o período.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

018. Portal de Transparência

Em atendimento às leis 131/2009 e 12.527/2011, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, analisamos a seguir a disponibilização das informações no Portal de Transparência do órgão.

INFORMAÇÕES NO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA	
Descrição	Situação
Ações e Programas - Art. 8º, § 1º, inciso V da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada
Despesas Públicas - Art. 48-A, Inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e art. 7º, Inciso II, do Decreto	Informação Atualizada
Despesas com diárias e passagens	Informação Atualizada
Despesas com Pessoal / Folha de Pagamento. Art. 7º, §2º, VI, do Decreto 7.724/2012	Informação Atualizada
Estrutura Organizacional - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada
LDO, LOA e PPA - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada
Licitações - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada
Prestação de Contas - Art. 48, caput, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000)	Informação Atualizada
Regulamentação da LAI - Art. 45º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada
RGF Relatório de Gestão Fiscal - Art. 48, caput, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000)	Informação Atualizada
SIC Serviço de Informação ao Cidadão - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Desatualizada
Site (requisitos mínimos) - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada

Nota Conclusiva do Controlador:

CONFORME ANÁLISE OBSERVEI QUE O PORTAL CONTEM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA DAR CUMPRIMENTO A LEI DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA LEI COMPLEMENTAR 131 DE 27 DE MAIO DE 2009.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

019. Conclusão

Mediante análises do período, destacamos os seguintes resultados:

Avaliação da Gestão Orçamentária

Resultado orçamentário superavitário na despesa empenhada, liquidada e paga.

Avaliação das Alterações Orçamentárias

HOUVE ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES NA IMPORTANCIA DE R\$145.000,00, O QUE EQUIVALE A 13,06%, CONFORME LEI E DECRETO ANEXO.DECRETO Nº00382/2021.

LEI 2130 DE 23 DE SETEMBRO DE 2021.

DECRETO Nº00382/2021.LEI 2130 DE 23 DE SETEMBRO DE 2021.

Avaliação da Execução Financeira

Quando comparada a disponibilidade financeira frente as despesas a pagar LIQUIDADAS e as ainda NÃO LIQUIDADAS, constata-se um Resultado Financeiro superavitário.

Avaliação dos Restos a Pagar

- Até o período não há Restos a Pagar.

Avaliação das Conciliações Bancárias

AO FAZER A ANALISE VERIFIQUEI QUE EXISTE DIFERENÇA DA CONTABILIDADE PARA O EXTRATO BANCÁRIO DO BANCO SANTANDER QUE REFERE-SE A DÉBITOS AUTOMATICOS DE TELEFONE E TAXAS BANCÁRIAS

SUGIRO SEJA FECHADA CONTA DO BANCO SANTANDER.

Avaliação das Despesas com Pessoal

Despesa com pessoal não excedeu o limite previsto no art. 20, inciso III da Lei Complementar 101, de 04/05/2000 até o período.

Limite Total da Despesa Legislativa (Art. 29-a cf)



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

Despesas legislativa até o mês ficou em 5,18%, portanto, atende ao limite do artigo 29-A da Constituição Federal de 1988.

Limite p/ Gasto com Folha de Pagamento (§1o, Art. 29-a cf)

Constata-se que as despesas com a folha de pagamento do Poder Legislativo, ficou em 51.11% das transferências financeiras recebidas da Prefeitura Municipal, dentro dos limites legais.

Limite Subsídio Vereador x Deputado Estadual (Art.29, vi, cf)

Subsidio dentro do limite previsto no art. 29, Inciso VI da Constituição Federal de 1988. O subsidio dos vereadores foi de 68,74%. com uma diferença a menor de 31,25%.

Limite Subsídio Vereadores - 5% da Rec. Munic. (Art. 29, vii, cf)

Dentro do limite previsto no art. 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988, ficando em 1,57% até o mês atual.

Avaliação do Repasse de Duodécimo

O valor repassado está de acordo com valor orçado para o período, demonstrando o cumprimento ao art. 29-A, paragrafo 2º, inciso III da Constituição Federal de 1988.

Avaliação do Recolhimento com Encargos Sociais

O valor liquidado desde o início do exercício foi na ordem **R\$ 128.007,19** e o pago foi de **R\$117.228,08.**

A diferença se dá por não ter pago o INSS E FGTS dentro do mês.

Avaliação dos Investimentos



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

• AO ANALISAR O PATRIMONIO OBSERVEI QUE O RELÁTORIO DE BENS PATRIMONIAIS CONTEM DIFERENÇA EM RELAÇÃO AO BALANÇO PATRIMONIAL.

Avaliação das Licitações e Contratações Diretas

Ao fazer análise somente da modalidade de licitação "Outros/Não Aplicável", constata-se que 72,63% das despesas contratadas não atingiram os 250 ufesp, e por isso não passaram pelo processo de contratação previsto na Lei Federal 8.666/93. Não ficando isentos da apresentação dos orçamentos para a compra dos serviços e/ou objeto.

Avaliação de Estoques em Almoxarifado

A câmara não conta com almoxarifado.

Despesas com Adiantamento

NÃO HA ADIANTAMENTO SEM PRESTAÇÃO DE CONTAS ATÉ O PERÍODO.

Processos Legislativos

SESSÃO 16º: O PROCESSO DE DESTITUIÇÃO DO VEREADOR JULIMAR DA SILVA RODRIGUES FOI ANULADO CONFORME PROCESSO DIGITAL Nº1029568-09.2021.8.26.0196, MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 196.2021/045025-4. SESSÃO 17º: FORMAÇÃO DA MESA APROVADA; VICE-PRESIDENTE RODOLFO SOARES, 1ºSECRETARIO DENIS HENRIQUE PEREIRA PIMENTA, 2º SECRETARIO ALEXANDRE CESAR FERREIRA DE MENEZES. PROJETO Nº17 APROVAD E A DENUNCIA RECEBIDA, PEDIDO DE AFASTAMENTO DO PRESIDENTE APROVADO, PRESIDENCIA ASSUMIDA PELO VICE-PRESIDENTE RODOLFO SOARES E COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FORMADA.

SESSÃO 18º: APROVADO PROJETO DE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E O ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO DE 2022.

Avaliação das Ações de Governo Previstas no Orçamento

Não há ações de governo no orçamento.

Portal de Transparência

CONFORME ANALISE OBSERVEI QUE O PORTAL CONTEM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA DAR CUMPRIMENTO A LEI DA TRANSPARENCIA PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR 131 DE 27 DE MAIO DE 2009.



Câmara Municipal de Restinga

Relatório de Controle Interno

Janeiro a Novembro de 2021

No mais, não vislumbramos ocorrências relevantes que mereçam remessa deste relatório ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no entanto, o mesmo será submetido à análise do Chefe do Poder Legislativo..

E por ser a expressão da verdade, assino o presente parecer de Controle Interno.

Restinga, 30 de Novembro de 2021.